

A INTERFACE DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA COM A PNATER¹: novo campo de ações para a extensão rural

Ivana Leila Carvalho Fernandes²
Francisco Amaro Gomes de Alencar³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as ações do Programa Residência Agrária no estado do Ceará no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O estudo é parte integrante da pesquisa de mestrado em andamento da autora. O programa surgiu em 2004, como uma ação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no cenário da Educação do Campo. O objetivo do programa é proporcionar uma nova formação para estudantes e profissionais das Ciências Agrárias, que possibilite uma atuação diferenciada no campo com vista ao desenvolvimento rural sustentável. A metodologia se desenvolve sob a ótica da pesquisa-ação.

Palavras-Chave: Extensão Rural. Reforma Agrária. Políticas Públicas.

ABSTRACT

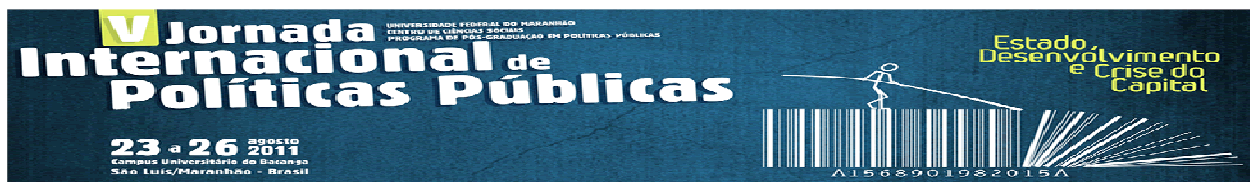
The objective of this work is to argue the actions of the Program Agrarian Residence in the state of the Ceará in the context of the National Politics of Assistance Technique and Agricultural Extension. The study integrant part research of after graduation of the author. The program appeared in 2004, as an action of the National Program of Education in the Agrarian Reformation in the scene of the Education of the Field. The objective of the program is to offer to a new formation for students and professionals of Agrarian Sciences, that an performance differentiated in the field with sight to the sustainable agricultural development. The methodology it happens under the optics of the research-action.

Keywords: Agricultural Extension. Agrarian Reformation. Public Politics.

¹ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

² Estudante de Pós-graduação. ivanaleilac@yahoo.com.br

³ Doutor.



I. INTRODUÇÃO

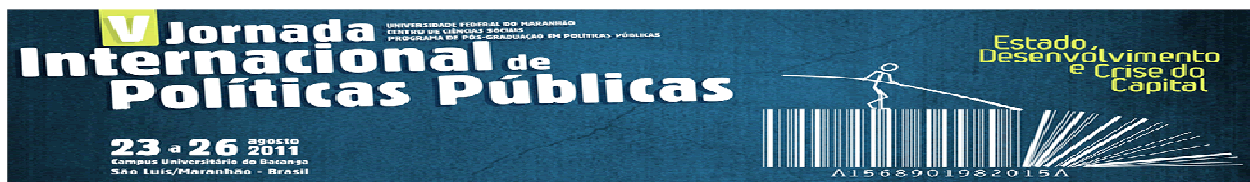
A extensão rural brasileira vive um momento de mudanças profundas nas suas raízes históricas. O fracasso das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desde a sua implantação no país na década de 1940 até meados da década de 1990 provocou nos movimentos sociais do campo, nos agricultores, nos pesquisadores e nos extensionistas rurais o interesse de propor e construir novos caminhos para o serviço de ATER pública com vista ao desenvolvimento rural sustentável.

Para o MST a assistência técnica é uma atividade necessária para o desenvolvimento dos assentamentos, por isso o movimento tem lutado para garantir uma política de Ater pública, gratuita, não necessariamente estatal, com proposta metodológica e gestão sob controle dos (as) trabalhadores (as) organizados (as).

De acordo com o MST, as reivindicações dos movimentos sociais nas décadas de 1980 a 1990 geraram as seguintes ações de ATER:

- 1) 1984 a 1995:** neste período a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi efetivada pelas agências municipais ou estaduais das redes Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). A maioria foi construída ideológica e tecnicamente em todo território brasileiro pelo sistema Empresa Brasileira da Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que deixou sua herança na metodologia de ação da Ater oficial até hoje, marcada por disputa ideológica, com ações muitas vezes contra a Reforma Agrária.
- 2) 1995 a 1997:** O governo federal lança a proposta de assistência técnica para assentamentos rurais denominada CONTACAP, que teve como laboratório de aplicação alguns estados do Nordeste. Centrava sua força na capacitação dos assentados, não realizava projetos do então PROCERA, que permanecia sobre a outorga das EMATER.
- 3) Governo Fernando Henrique:** O governo FHC, em seu primeiro mandato, formula o Programa LUMIAR, com a característica principal de terceirizar os serviços públicos, respaldando o programa neoliberal do governo. O Movimento soube explorar as contradições desse processo, conseguindo em alguns casos contornar as armadilhas e tornar este programa a primeira experiência de Ater em assentamentos da Reforma Agrária em nível nacional (MST, 2010).

No ano de 2003 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) construiu junto aos movimentos sociais a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que nasce com a missão de participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e



participativas, integradas a dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. A PNATER surgiu no âmbito da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA que a partir deste momento passa a ser responsável pelas ações de ATER.

Do mesmo modo o MDA cria em 2004 o Programa Residência Agrária (PRA), que é concebido como uma iniciativa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com ações que se desenvolvem no âmbito das políticas públicas de educação do campo e são executadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com Molina (2009), o principal objetivo do PRA é criar novas estratégias de formação para estudantes e profissionais das Ciências Agrárias, preparando-os para uma atuação capaz de compreender as necessidades e especificidades dos processos de produção e de promoção do desenvolvimento rural no âmbito da reforma agrária e da agricultura familiar.

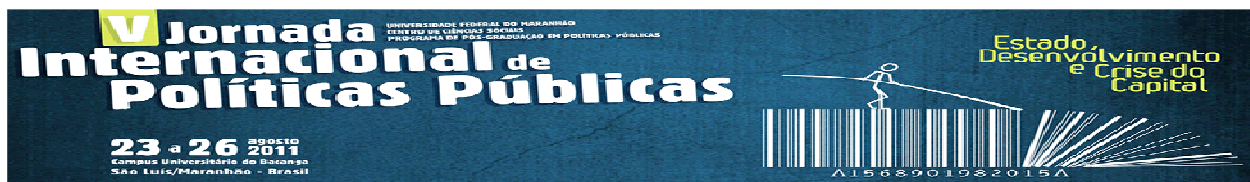
Tanto a PNATER como o PRA pretendem romper com o paradigma hegemônico da Extensão Rural a partir de uma atuação inovadora capaz de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, a PNATER e o PRA reconhecem que o papel do meio rural vai além das atividades agrícolas e propondo atividades para o campo a partir de uma visão sistêmica, contemplando em suas atividades esferas sociais, econômicas, políticas e ambientais.

O PRA está implantado no Centro de Ciências Agrárias das universidades públicas e fundamenta suas ações no projeto político pedagógico estimado pelos movimentos sociais e povos do campo por uma educação específica às populações rurais.

A formação profissional idealizada para o Residência Agrária foi concebida considerando-se a materialidade do trabalho nas áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar, a partir dos desafios completos que a escolha política e ideológica para a construção de um modelo de desenvolvimento rural diferente do hegemônico (principalmente das conseqüências sociais e ambientais que produz) coloca para a execução de políticas públicas (MOLINA, 2009, p. 17)

No Ceará, atualmente as ações do Programa englobam simultaneamente 14 assentamentos rurais situados em 7 municípios do estado, com a presença de estudantes dos cursos das Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará (UFC)



distribuídos em cada um desses assentamentos. Cada estudante universitário conta com a colaboração de dois estudantes assentados (jovens da comunidade) e juntos constroem um diagnóstico participativo da realidade vivenciada por eles, identificando as principais dificuldades do assentamento com o propósito de contribuir para uma melhor organização social e conceber atividades produtivas.

As atividades são desenvolvidas com base na pedagogia da alternância, onde o tempo comunidade acontece nos assentamentos em que os estudantes desenvolvem suas pesquisas e o tempo presencial acontece na universidade ou em espaços diferenciais escolhidos pelo programa para a realização de qualificações e capacitações voltadas a realidade rural.

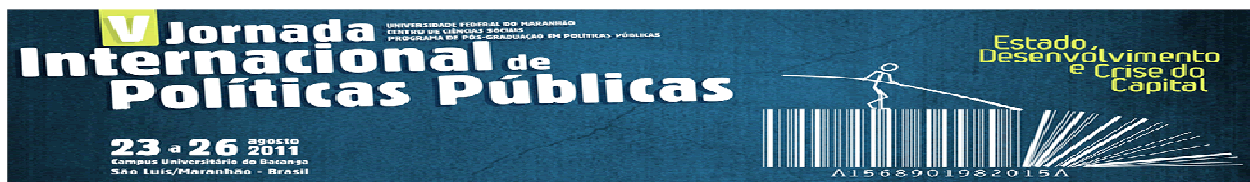
Essa Metodologia funciona como estratégia de superação do modelo hegemônico de ensino nas universidades públicas. A idéia é construir um novo paradigma de ensino para as Ciências Agrárias, pautado numa dinâmica capaz de reconhecer e valorizar as diferenças do saber camponês.

Este ensaio acadêmico pretende discutir o Programa Residência Agrária (PRA) no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para identificar pontos convergentes nessas duas experiências.

II. APROXIMAÇÃO DO PRA COM A PNATER

O Programa Residência Agrária, prepara estudantes do campo e da cidade para um novo pensar do mundo rural, um pensar pautado no diálogo e que aponte como resultados novas práticas científicas e camponesas que fortaleçam o conhecimento acadêmico em prol de atividades educativas inovadoras de futuros profissionais de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

A compreensão de que o desenvolvimento economicista não é capaz de solucionar e de garantir a emancipação dos povos do campo traz como horizonte a construção de um projeto de desenvolvimento que garanta a solidariedade, a eliminação das desigualdades econômicas e sociais, o acesso aos meios de produção, a libertação do trabalho servil, novas relações com o mercado pautadas na solidariedade e na igualdade social, a produção agrícola com base agroecológica e voltada para a segurança alimentar das famílias, a soberania alimentar da nação e a formação de profissionais de Ciências Agrárias com conhecimentos pedagógico, técnico, político, social que atuem como educadores comprometidos com transformações estruturantes (ESMERALDO et al, p.64, 2009).



Com isso, o PRA contribui para a elevação da qualidade do ensino nas universidades públicas onde está implantado, reduzindo as limitações no exercício do pensar, favorecendo um pensar crítico aos educandos em relação a temas atuais e polêmicos pouco discutidos nas salas de aulas dos cursos das Ciências Agrárias.

Assim como na PNATER o PRA pretende atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas.

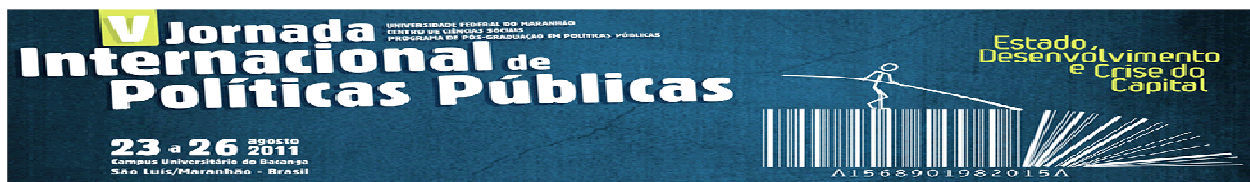
As dificuldades de profissionais oriundos dos cursos das Ciências Agrárias para atuarem nas áreas de Reforma Agrária e em setores da Agricultura Familiar e Camponesa expressam limitações na formação oferecida pelos cursos de Ciências Agrárias das universidades públicas brasileiras, no campo do conhecimento tecnológico e pedagógico para atuação em unidades familiares com sistemas produtivos de base agroecológica. Também indicam debilidades para ações profissionais de caráter integrador e voltado para a ampliação da formação que adicione à dimensão técnica, a compreensão e prática organizativa, social, educativa e ambiental, a partir de novas concepções, seja no campo da compreensão e atuação voltada para o desenvolvimento sustentável, seja a partir da atuação pedagógica que se fundamente na troca de saberes com os povos do campo (ESMERALDO et al, p.64, 2009).

A ação educativa do PRA tem possibilitado a inclusão de técnicos recém formados na ATER pública, haja vista que a formação desenvolvida no programa facilita a inserção deste novo profissional no mundo do trabalho voltado a atender as demandas sociais dos povos do campo.

Para a PNATER é fundamental promover a valorização do conhecimento e do saber local, bem como apoiar os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade.

É imprescindível destacar que a PNATER, se tornou lei em 2010, através do Decreto Lei No 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Para a PNATER a Assistência Técnica e Extensão Rural é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas florestais e artesanais.

Nesse contexto é possível perceber uma aproximação entre as propostas do PRA e da PNATER na melhoria das condições de vida das famílias que vivem no



campo, porém não podemos tomar como sendo homogêneas as duas propostas, já que a PNATER enquanto política pública e agora lei propõe uma ação extensionista de maior abrangência no campo atuando também em áreas extrativistas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários do MDA/SAF (MDA, 2004).

III. EXTENSÃO RURAL PRATICADA Á LUZ DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

No compromisso assumido com a Educação do Campo, o PRA adota práticas no processo de ensino-aprendizagem voltadas à valorização do saber camponês num contexto histórico, social, político, econômico e ambiental.

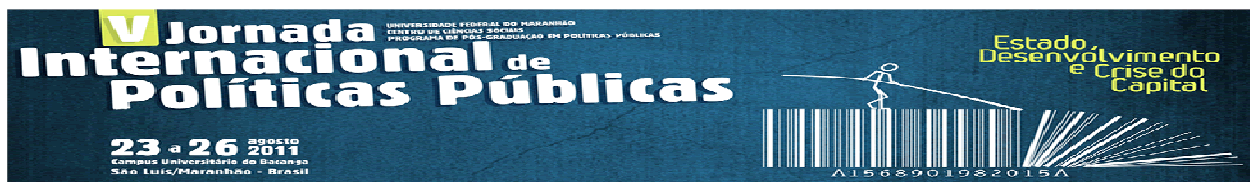
Nesse sentido, o Programa Residência Agrária (PRA) reconhece o papel dos diferentes sujeitos sociais na luta por direitos no campo e principalmente por um projeto político pedagógico construído *por* e *para* os povos do campo.

Os estudantes devem ter uma clara e lúcida compreensão da realidade vivida pelos povos do campo na complexidade dos assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, para que possam atuar como profissionais com formação humanística que levem em conta aspectos fundamentais na aplicação de técnicas e tecnologias apropriadas ao modo de vida dos camponeses com vista ao desenvolvimento rural.

Nesse contexto o PRA atua em consonância com o pensamento de Freire (p.56, 1977):

A reforma agrária não é uma questão simplesmente técnica. Envolve, sobretudo, uma decisão política, que é a que efetua e impulsiona as proposições técnicas, que, não sendo neutras implicam a opção ideológica dos técnicos. Daí que tais proposições, para falar só nesse aspecto, tanto possam defender ou negar a presença participante dos camponeses como reais co-responsáveis pelo processo de mudança. Como também possam inclinar-se pelas soluções tecnicista ou mecanicista que, aplicadas ao domínio do humano, como, indubitavelmente, o é o domínio em que se verifica a reforma agrária. Significam fracassos objetivos ou êxitos aparentes. Não são as técnicas, mas sim a conjugação de homens e instrumentos o que transforma uma sociedade.

A partir dessas preocupações percebe-se o envolvimento do Residência Agrária na luta por uma Educação do Campo que idealize políticas públicas que garantam os direitos dos povos do campo vinculados a sua história de vida, modos de ser e de viver no campo.



Com isso, o PRA contribui para a formação de profissionais comprometidos com a realidade camponesa, bem como para uma atuação futura em cumprimento aos princípios da PNATER, que são:

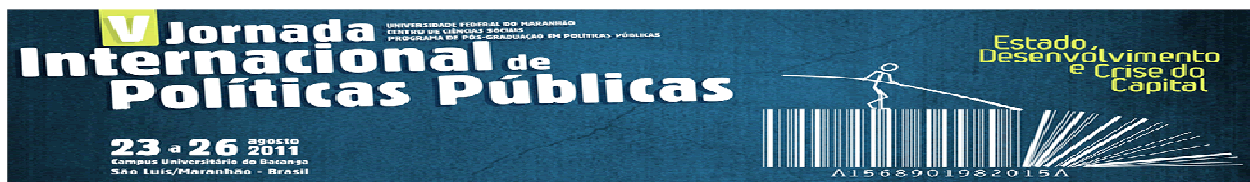
- I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V – equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI – contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (PNATER, 2010).

A PNATER pretende desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2004).

Os estudantes extensionistas do PRA já estão realizando dentro do programa atividades de campo em parceria com os técnicos (as) que atuam nas áreas de reforma agrária aonde o programa desenvolve suas pesquisas dentro da metodologia da pesquisa – ação.

Para superar o modelo tradicional de ATER tanto o PRA como a PNATER utilizam de metodologias participativas, onde estudantes/profissionais ou profissionais/estudantes desempenham um papel de agentes educativos que atuam valorizando o potencial endógeno das comunidades e facilitando os processos de desenvolvimento rural. Ao contrário da atuação extensionista tradicional, com visão reducionista e prática difusionista centrada nos pacotes tecnológicos, o novo modo de atuar desses programas propõe uma ação pautada numa abordagem sistêmica que oportunize ações que possam fortalecer a cooperação e organização, as práticas agroecológicas, a equidade e a inclusão social, além da agroindustrialização e comercialização.

IV. CONCLUSÃO



O paradigma dominante da extensão rural sofre atualmente abalos nas suas estruturas mais profundas em detrimento de políticas e programas criados com o propósito de romper com o modelo que resistiu décadas no Brasil sobre um patamar completamente hierárquico em relação a realidade agrícola e agrária do país.

Dessa forma a PNATER surge como uma proposta inovadora para o desenvolvimento rural brasileiro, valorizando o povo do campo e seu modo de vida com uma abordagem participativa e com princípios que prezam pela melhoria da qualidade de vida no campo.

No campo das universidades públicas o PRA procura *fazer a sua parte* em consonância com os objetivos da PNATER. O PRA também pretende contribuir para uma transformação nas condições de vida do povo do campo.

Nesse contexto, para alcançar mudanças no campo da extensão rural é necessário que instituições públicas e governamentais criem e fortaleçam ações significativas na área com vista ao desenvolvimento rural sustentável.

Uma nova ATER deve levar os profissionais extensionistas a enxergarem as dificuldades e situações problemas nas diferentes esferas do cotidiano das comunidades rurais. Esses profissionais devem concentrar seus saberes e técnicas para encaminhamentos e resoluções de problemas considerando os elementos sócio culturais envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

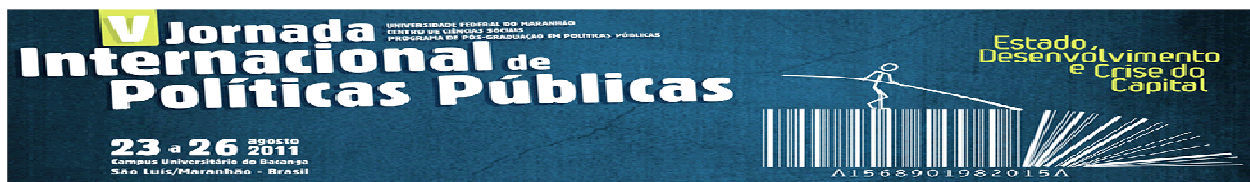
Nesse contexto, o PRA tem contribuído para que esta prática educativa e transformadora na ação dos extensionistas rurais se consolide no campo, a partir da atuação dos estudantes dos cursos das Ciências Agrárias e futuros profissionais de ATER.

V. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, SAF, Dater, 2004.

BRASIL, Decreto Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária – PNATER**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 12 de janeiro de 2010. Seção 1.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.



ESMERALDO, G,G,S,L et al. Programa Residência Agrária Nordeste I: a força de uma experiência. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e formação profissional**: a experiência do programa residência agrária .Brasília: MDA, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança. 12ª Edição.** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e formação profissional**: a experiência do programa residência agrária .Brasília: MDA, 2009.

MST. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O Papel da Assistência Técnica nos Assentamentos.** N° 308, Nov/dez, São Paulo, 2010.

ROSELI S. Caldart. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: MIGUEL Gonzalez Arroyo, ROSELI S. Caldart, MONICA Castagna Molina. **Por uma Educação do Campo.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do Campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.